PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. PAULO EDUARDO MARTINS)

Altera a redação do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para limitar a cem por cento do número de lugares a preencher, o número de candidatos que cada partido poderá registrar para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até cem por cento do número de lugares a preencher.

.....(NR)."

Art. 2º Ficam revogados os incisos I e II do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As listas partidárias de candidatos às eleições proporcionais são demasiadamente grandes.

Até as eleições de 2014, cada coligação poderia registrar candidatos até o dobro do número de vagas a preencher. Até as eleições de 2018, cada partido ou coligação poderia registrar candidatos até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de vagas a preencher, número que subia para

2

200% (duzentos por cento) nas unidades da federação em que o número de

lugares para a Câmara dos Deputados não exceder a doze, e nos municípios

de até 100 mil eleitores.

Listas tão grandes, se por um lado permitem maior soma de

votos para atingir o coeficiente eleitoral, por outro propiciam a proliferação de

candidaturas inviáveis e/ou figurativas, o que prejudica a compreensão do

eleitor e representatividade da democracia.

A inclusão de candidaturas femininas inviáveis nas listas tem

gerado a proposituras de ações no Tribunal Superior Eleitoral em que se

discute a possibilidade até mesmo da cassação de mandato de todos os

integrantes da coligação.

Propomos, assim, que, a partir de agora, quando não mais

existirão coligações para as eleições proporcionais, o limite de candidatos a

compor a lista de cada partido nas eleições proporcionais seja de 100% (cem

por cento) das vagas a preencher.

Certos de colaborarmos para a aprimorar a democracia pátria,

contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente

proposição.

Sala das Sessões, em

de

de 2019.

Deputado PAULO EDUARDO MARTINS